

Governo e Parlamento Nacional dão início ao debate do OGE 2023

O VIII Governo Constitucional apresentou hoje, 7 de novembro de 2022, no Parlamento Nacional, o projeto de Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2023.

Esta proposta do OGE para 2023, no valor de US\$ 3,16 mil milhões de dólares americanos, foi desenhada de acordo com os Objetivos Estratégicos do VIII Governo Constitucional, que pretendem disponibilizar aos cidadãos: 1) A oportunidade de terem uma vida saudável, segura e longa; 2) O acesso ao conhecimento, tecnologia e inovação; e 3) O acesso a recursos suficientes para garantir uma vida digna.

O Primeiro-Ministro, Taur Matan Ruak, no seu [discurso, na abertura do debate](#), apresentou “o balanço da atividade do Governo ao longo do corrente ano e as suas prioridades políticas, económicas e sociais para 2023” e afirmou que “é com o objetivo de poder dar continuidade à implementação do seu Programa, que o Governo vem apresentar ao Parlamento Nacional um ambicioso plano para o próximo ano, que concretiza e operacionaliza as prioridades nacionais, estratégias e medidas aprovadas pela lei das Grandes Opções do Plano, a serem financiadas pelas dotações do Orçamento Geral do Estado”.

A proposta de lei de Orçamento Geral do Estado para 2023 (...) tem como lema “Investimento Produtivo e Crescimento Inclusivo para as gerações futuras”, uma frase que de forma simples, mas clara, sinaliza o caminho a ser percorrido pelo Governo para criar um ambiente propício ao desenvolvimento integrado, estimular o investimento privado, impulsionando o nosso jovem tecido empresarial, e promover a necessária diversificação da economia, de forma abrangente e inclusiva, sem deixar ninguém para trás, explicou o Primeiro-Ministro.

O Chefe do Governo afirmou que com o OGE 2023 pretende-se “prioritariamente responder a dois desafios que Timor-Leste continua a ter pela frente: o combate à pobreza e à subnutrição infantil e a melhoria da segurança alimentar, para poder ultrapassar o subdesenvolvimento infantil, aumentar a qualidade nutritiva dos alimentos consumidos e potenciar o desenvolvimento de uma sociedade saudável e ativa, com crianças bem alimentadas, famílias prósperas e populações fortes, em que a divulgação de boas práticas sobre nutrição e segurança alimentar se encontra acessível a toda a população”. Para isso, “o Governo destina no OGE uma dotação de US\$80,5 milhões para atividades, direta ou indiretamente relacionadas com a nutrição e com a segurança alimentar”.

Na sua intervenção, Taur Matan Ruak fez um balanço das “mais recentes reformas observadas nos setores social, económico e institucional”, ao nível da reforma da gestão das finanças públicas, no domínio da economia, na área da saúde e da educação, no que respeita ao reforço do poder local e da coesão territorial, no âmbito do planeamento e ordenamento do território, no domínio da inclusão social, no setor da agricultura e pescas, a aprovação da informação cadastral predial e na área de planeamento, monitorização e avaliação continua.

O Primeiro-Ministro defendeu que “é por demais evidente e tem por [si] sido amplamente enfatizado, o trabalho incansável levado a cabo pelo Governo ao longo de todo o seu mandato, de que a abundante produção legislativa aprovada, destinada a implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento nas suas várias dimensões é um exemplo, com o objetivo de deixar o país numa posição socioeconómica mais confortável do que aquela que encontrou, de combater ativamente a pobreza e a desigualdade social, de promover o desenvolvimento de condições mais propícias à atração do conhecimento, do investimento e da diversificação económica, de reforçar e modernizar as instituições do Estado, enquanto, ao mesmo tempo, de lidar com condições ambientais e pandémicas especialmente adversas e, mais recentemente este ano, com a instabilidade política global e os constrangimentos nas cadeias de distribuição mundiais que lhe estão associados”.

O Chefe do Governo reconheceu ainda “o importantíssimo trabalho que está a ser desenvolvido pelo Chefe de Estado, a nível externo, para conseguir elevar a voz de Timor-Leste no palco político e económico internacional, promover o estreitamento de amizades e parcerias estratégicas importantes para o nosso país e aumentar a nossa influência nos espaços globais de discussão, ao mesmo tempo que, internamente, vem trabalhando com o Governo no reforço das políticas sociais, especialmente as que visam as franjas mais frágeis e vulneráveis da nossa população, visando a erradicação da pobreza extrema, da desnutrição infantil e do atraso no crescimento infantil”.

A proposta de lei foi enviada pelo Governo, ao Parlamento Nacional, no passado dia 3 de outubro, e será debatida, na generalidade, até ao dia 9 de novembro de 2022. A discussão e votação na especialidade deverá ter início no dia 10 de novembro e irá prolongar-se até ao dia 18 de novembro de 2022. Após a apreciação na especialidade de todos os artigos da proposta de lei, terá lugar a votação final global do texto da proposta de lei com as alterações aprovadas e que será depois enviada ao Presidente da República, para promulgação.

[Para ler o discurso do Primeiro-Ministro na apresentação do OGE 2023 clique aqui.](#)